

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
A retomada das ruas em junho de 2013: uma análise da nova conjuntura política brasileira			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Marco Marques Pestana	Instituto Nacional de Educação de Surdos	INES	Docente
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Essa comunicação pretende contribuir para a identificação dos processos que levaram diversos setores sociais a saírem às ruas brasileiras a partir do mês de junho de 2013 em manifestações cujo estopim foi a luta contra o aumento dos preços das passagens de ônibus em diversas cidades, tendo encontrado uma variada gama de desdobramentos e incorporado uma série de outras questões e pautas. A partir do delineamento de um perfil dos componentes das manifestações, busca-se explicar as razões que levaram essa multiplicidade de agentes a participar dos protestos, relacionando seu comportamento político às transformações verificadas nas estruturas econômico-sociais e políticas do Brasil ao longo da última década. Nesse sentido, reveste-se de crucial importância o debate acerca da disputa de sentidos que vem sendo travada em torno do conceito de "classe média" como forma de mistificação das transformações sofridas pela composição da classe trabalhadora brasileira nesse período. Paralelamente, faz-se mister perscrutar algumas das consequências para a organização política dessa mesma classe trabalhadora advindas da ascensão do PT ao comando do executivo federal desde o início de 2003. A partir das sínteses elaboradas nesses dois eixos de investigação, será possível oferecer um esboço de análise de conjuntura.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Jornadas de junho; classe trabalhadora; manifestações de massa			
ABSTRACT			
<p>This presentation aims to contribute to identify the reasons that led numerous social classes and fractions to reclaim brazilian streets from June 2013 in mass demonstrations which began as protests against the raises in bus fares in many cities, having, nevertheless, incorporated other claims. Departing from the sketch of the demonstrators profile, it seeks to explain why such a multiplicity of agents joined the protests, connecting their political behaviour to transformations occurred in social-economic and political structures during the last decade. With this goal, it is particularly relevant to address the ongoing debate on the concept of "middle class" as a mechanism of mistification of the current form assumed by working class. It is also unescapable to analyze some of the consequences brought to this working class' political organization by the coming of PT to the head of the federal government. The elements considered in both of this dimensions will sustain a sketch of conjunctural analysis.</p>			
KEYWORDS			
June days; working class; mass demonstrations			
EIXO TEMÁTICO			
Marx e a transformação social			

I. Introdução.

A retomada das ruas das principais cidades brasileiras por imensas manifestações de massa em março de 2013 – algo fora do cotidiano do país há 20 anos – inaugurou um novo momento político no Brasil. A compreensão do sentido dessa nova conjuntura, entretanto, só será possível a partir de uma análise que não fique centrada unicamente nas manifestações propriamente ditas e seus desdobramentos mais diretos, ainda em curso. Com esse propósito, é fundamental articular essa temporalidade imediata a processos anteriores de distintas durações que têm marcado a história brasileira em suas últimas décadas. O presente artigo tem o objetivo de contribuir com esse procedimento de historicização do presente, a partir, fundamentalmente, de duas dimensões. De um lado, busca identificar quais são os setores sociais que têm protagonizado as mobilizações que se iniciaram em junho e se estenderam por julho e agosto, alcançando setembro, bem como as bases de seu descontentamento. De outro lado, serão averiguadas as causas para que a explosão de seu descontentamento tenha assumido as modalidades verificadas nesses meses, num processo em que forma e conteúdo não podem ser inteiramente apartados. Pela articulação dessas duas dimensões, observadas especialmente a partir do caso da cidade do Rio de Janeiro, espera-se iluminar elementos importantes da atual conjuntura.

II. Os manifestantes: quem são e o que querem?

Para a compreensão das mudanças políticas operadas na situação política brasileira a partir de junho, um elemento fundamental é a identificação dos setores sociais que efetivamente protagonizaram o que tenho chamado de “retomada das ruas”, bem como de suas bandeias e reivindicações. O caráter de massas dessas manifestações – especialmente daquelas verificadas no próprio mês de junho – associado às transformações experimentadas pelas mesmas ao longo dos cerca de cem dias aqui enfocados (de de 3 de junho a 7 de setembro) tornam essa tarefa particularmente espinhosa. Tal quadro é ainda mais agravado pelo fato de que essa questão é, ela mesma, objeto de importantes disputas políticas, expressas pelas distintas narrativas acerca dos eventos em tela.

Os grandes conglomerados da mídia empresarial – que têm operado nos últimos anos como principal partido¹ de frações expressivas da burguesia no Brasil –, por exemplo, têm

¹ Para uma argumentação em torno da possibilidade dos órgãos de imprensa atuarem como partidos políticos, cf. **GRAMSCI, Antonio.** *Cadernos do cárcere.* Vol. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp.218-224.

predominantemente difundido uma versão do processo que enfatiza um corte entre dois momentos, em que o término do mês de junho opera como baliza cronológica. Nessa narrativa, as manifestações de junho teriam sido fruto da mobilização da *sociedade* brasileira ou de toda a *população*, apresentadas de forma absolutamente abstrata. Quando alguma qualificação mais precisa é ensaiada, enfatiza-se a participação da classe média ou dos jovens².

Dessa forma, todos os antagonismos sociais são reduzidos à contraposição entre essa sociedade ilusoriamente homogeneizada e o *Estado*, tomado – de acordo com a tradição do pensamento liberal – como fonte de todos os males, principalmente, por meio da apresentação essencializada do tema da corrupção, tida como prática indissociável do desempenho de funções públicas. Num regime de presidencialismo hipertrofiado, nada mais natural que o alvo principal passasse, então, a ser a presidenta Dilma Rousseff (PT). Com esse procedimento, o partido da mídia empresarial buscou enfraquecer o governo Dilma, de forma a verificar, pouco mais de um ano antes das eleições presidenciais, a viabilidade do apoio explícito a uma candidatura mais afeita a seus interesses, vinda de um partido historicamente identificado com a burguesia, como a de Aécio Neves (PSDB), ou mesmo a criação de um espaço para o crescimento de Marina Silva, em luta para legalizar o seu partido REDE e elemento fundamental para a garantia de um segundo turno no pleito presidencial de 2014. Caso esses intentos não fossem alcançados, de qualquer maneira o mero enfraquecimento do governo Dilma também interessaria ao partido da mídia empresarial, que teria ampliada sua margem para extorquir do governo um comprometimento ainda maior com o programa das frações hegemônicas da burguesia. Alcançado esse objetivo imediato, expresso pela vertiginosa queda dos índices de aprovação de Dilma Rousseff naquele mês³, a mídia empresarial passou a atuar no sentido de esvaziar o movimento, receosa da imprevisibilidade da ação das massas.

Para isso, passou a operar, cada vez mais, com contrastes entre as manifestações de junho e aquelas de julho/agosto. Em comparação com os atos de junho, tomados como verdadeiros desfiles cívicos, as mobilizações dos meses subsequentes foram tratadas como fruto de esforços de sindicalistas oportunistas que estariam buscando se aproveitar da legítima revolta da população para

² Evidentemente, tais teses não tardaram a encontrar acadêmicos dispostos a encampá-las, dotando-as de uma pretensa legitimidade científica. Para um artigo que apresenta a “classe média educada”, em contraste com os “extremistas marginais”, como base para o desenvolvimento da democracia brasileira, ver **MOSELEY, Mason; LAYTON, Matthew**. “*Prosperidad y protestas en Brasil: ¿la tendencia para el futuro en América Latina?*” In: *Perspectivas desde el Barómetro de las Américas*. Número 93, 2013. Disponível em: www.vanderbilt.edu/lapop/insights/IO893.es.pdf. Consulta em 15/09/2013.

³ “*Governo Dilma tem queda de popularidade, segundo pesquisa da CNT*”. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/07/16/interna_politica,377256/governo-dilma-tem-queda-de-popularidade-segundo-pesquisa-da-cnt.shtml. Consulta em 15/09/2013.

favorecer seus interesses corporativos, políticos e, por isso mesmo, espúrios. Dessa forma, fortalecia-se a dicotomização de cidadania e política, como se a primeira fosse possível sem a segunda. Paralelamente, reforçava-se outra diferenciação entre os próprios manifestantes, pacientemente elaborada desde junho – no Rio de Janeiro, especialmente a partir dos eventos do dia 17, em que a Assembleia Legislativa foi alvo de ações bastante radicalizadas, com tentativas de invasão e incêndios –, opondo os *pacíficos* – legítimos manifestantes – aos *vândalos* – usurpadores da indignação dos primeiros.

Com essas duas dicotomias (população X sindicalistas e pacíficos X vândalos), buscou-se esterilizar o potencial efetivamente transformador das mobilizações. De um lado, a pauta trabalhista, capaz de alterar, ainda que timidamente, as bases da produção da brutal desigualdade social brasileira era tratada como ilegítima por ser apresentada por oportunistas. De outro, as ações de confrontação com as forças policiais – cuja atuação ao longo de todo o atual ciclo de mobilizações têm sido marcadas por elevadíssimos índices de brutalidade e arbitrariedade como, de resto, o é sua atuação cotidiana, especialmente nas áreas de concentração das frações mais pauperizadas da classe trabalhadora – e de depredação de símbolos da exploração econômica capitalista, como os bancos, eram apresentadas como ameaças à democracia e, portanto, merecedoras da mais dura repressão policial e judicial⁴.

Apesar de todos esses esforços, um exame mais atentos de indícios empíricos legados pelas manifestações de junho nos permitem entrever um cenário bastante diferente. Apesar de seu já salientado caráter de massas – em cujo ápice numérico, no dia 20 de junho, estimou-se em um milhão o número de pessoas nas ruas apenas na cidade do Rio de Janeiro –, que, inevitavelmente, implica numa heterogênea composição, é possível avançar no delineamento de um perfil predominante naquelas manifestações. Observando os dados apresentados por uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro no próprio dia 20/06⁵, é possível de saída, descartar alguns elementos presentes nas narrativas acima sumarizadas.

Quanto a isso, desempenha papel fundamental a percepção do contingente de 64,6% alcançado pela soma daqueles cuja renda familiar alcançava o máximo de três salários mínimos, indicando a

⁴ Está disponível na internet e em outros meios um vasto material onde todo esse procedimento discursivo dos principais componentes do oligopólio da mídia empresarial fica evidente. Apenas a título de exemplo, sugiro a leitura dos artigos e reportagens disponíveis nos seguintes links: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/06/milhares-fazem-protesto-pacifico-mas-vandalos-depredam-em-bh.html>, <http://colunistas.ig.com.br/jorgedacunhalima/2013/08/15/partidos-e-sindicatos-esvaziam-as-manifestacoes/> e <http://oglobo.globo.com/pais/dia-nacional-de-lutas-divide-opinioes-nas-redes-sociais-9003357>. Todos foram consultados em 15/09/2013.

⁵ Pesquisa disponível em <http://pinterest.com/pin/418975571554441712/>. Consulta em 08/09/2013.

efetiva cara da parcela da *sociedade* que encorpou os protestos e contribuindo para colocar em xeque a versão de que se trataria de protestos principalmente de classe média. Diante dessa informação, sustentar tal afirmação equivaleria a aceitar o mito propagandeado pelo bloco PT/PMDB de que haveria uma “nova classe média” em acelerada expansão no país nos últimos dez anos. Dados coligidos por Márcio Pochmann – professor do Instituto de Economia da Unicamp, ex-presidente do IPEA e, ele mesmo, quadro do PT – apontam na direção oposta, demonstrando que 95% dos mais de dois milhões empregos criados anualmente no Brasil ao longo da década de 2000 têm níveis de remuneração que não ultrapassam 1,5 salários mínimos⁶ (note-se que um casal em que ambos recebam esse valor máximo tem renda familiar de, precisamente, três salários mínimos). Tendo em vista o nível historicamente rebaixado do salário mínimo brasileiro – apesar de seu recente processo de valorização⁷ –, o sociólogo Ruy Braga tem conceituado o setor da classe trabalhadora remunerado até o teto de dois salários mínimos como componente do “precariado”, definido da seguinte maneira:

“(…) entendemos que os trabalhadores precarizados são uma parte da classe trabalhadora em permanente trânsito entre a possibilidade da exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica (...) A necessidade de definir os limites gerais do precariado nos obriga também a diferenciá-lo dos *setores profissionais*, ou seja, aqueles grupos mais qualificados, mais bem remunerados e tendencialmente mais estáveis, da classe trabalhadora. Em suma, identificamos o precariado com a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas, excluídos a população pauperizada e o lumpemproletariado, por considerá-la própria à reprodução do capitalismo periférico” (itálico do autor)⁸.

Assim, a despeito de ter visto, nos últimos anos, seu poder de consumo ser ampliado por essa valorização do salário mínimo associada a outros mecanismos (como a difusão do crédito), não é possível confundir o precariado com a classe média tradicional. Esta ainda constitui um setor bastante minoritário da população, cujos rendimentos individuais em muito excedem 1,5 ou 2 salários mínimos. Por fim, cabe alertar que mesmo a consideração de todos aqueles que dispunham de renda familiar superior a três salários mínimos como membros da classe média deve ser vista com extremo cuidado.

⁶ **POCHMANN, Márcio.** *Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira.* São Paulo: Boitempo, 2012. pp.19-20.

⁷ Ver **DIEESE.** *Política de valorização do salário mínimo: salário mínimo de 2013 será de R\$ 678,00.* Nota Técnica 118 - Dezembro de 2012. Disponível em: <http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.dieese.org.br%2Fnotatecnica%2F2012%2FnotaTec118salarioMinimo2013.pdf&ei=7V0yUtPfGLi68ASD-4DwDw&usg=AFQjCNFvkFRGvE1FWsoLamSRVeDXWjKeXg&bvm=bv.52164340,d.eWU>. Consulta em 12/09/2013.

⁸ **BRAGA, Ruy.** *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista.* São Paulo: Boitempo/USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012. p.19.

Não só pelo já mencionado valor historicamente reduzido do salário mínimo nacional, quanto pelo intenso processo de proletarização (com perda do controle sobre as condições de trabalho, extensão das jornadas e rebaixamento salarial, dentre outros fatores) que marcou nas últimas décadas categorias típicas da classe média, como os professores.

De forma a complementar o quadro aqui esboçado, é preciso, ainda, compreender quais foram as reivindicações majoritariamente levadas às ruas em junho. Quanto a isso, é imperativo partir da percepção de que, ao longo do mês, a bandeira inicial do questionamento dos aumentos das tarifas dos transportes coletivos, que detonou os protestos, passou a ser acompanhada por outras. Dessa pluralidade de reivindicações⁹, é possível extrair dois pontos aglutinadores que ajudam na compreensão da percepção política que conduziu tantas pessoas – e, especialmente, esse setor da classe trabalhadora acima identificado – às ruas. De um lado, há o evidente descontentamento em relação à qualidade dos serviços públicos oferecidos por federação, estados e municípios, presente no tema dos transportes, nas reivindicações por saúde e educação em um “Padrão FIFA” – em uma alusão jocosa às exigências feitas por essa entidade a todas as esferas de governo nacionais em torno das obras para a realização da Copa do Mundo de futebol de 2014 – e no repúdio generalizado à conduta das polícias – sem dúvida, um fator preponderante para a massificação das manifestações.

De outro lado, compareceu em peso também um maciço desconforto em relação à atuação dos ocupantes dos cargos públicos eletivos, sua relação com a população e as instituições políticas do país. Nesse quesito, foram tematizadas os gastos exorbitantes para a realização dos megaeventos esportivos – e não foi casual a ocorrência de grandes manifestações em dias de jogos em diversas das cidades-sede da Copa das Confederações –, as relações promíscuas entre políticos e empresários – da construção civil e de outros ramos –, o fisiologismo característico da atuação da maioria dos partidos políticos nacionais e a ausência de mecanismos não-eleitorais de participação popular nas decisões políticas do país.

Nos dois meses subsequentes a junho, as mobilizações e manifestações de rua permaneceram evidentes em diversas cidades do país, ainda que tenham adquirido uma forma distinta. Saindo de cena as concentrações de grandes multidões com uma multiplicidade de pautas, passaram a prevalecer atos de dimensões menores, com reivindicações mais centradas e outros mecanismos de organização e atuação. A despeito dessas transformações, há uma série de importantes continuidades entre os dois momentos.

⁹ Um mapeamento das motivações dos participantes dos protestos do dia 20 de junho em oito grandes cidades (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador e Brasília) foi realizado pelo IBOPE. Disponível em: <http://especial.g1.globo.com/fantastico/pesquisa-de-opiniao-publica-sobre-os-manifestantes/>. Consulta em 15/09/2013. Esse levantamento foi utilizado como base para as reflexões aqui desenvolvidas acerca desse ponto.

O início da participação mais formalizada da parcela da classe trabalhadora sindicalmente organizada, por meio de atos convocados especificamente pelas centrais sindicais, por exemplo, além de ter colocado explicitamente a pauta trabalhista – com temas relativos a aposentadorias, jornada de trabalho, etc –, contribuiu para manter em evidência a disputa em torno das políticas econômicas de todos os níveis de governo e de suas prioridades orçamentárias. Embora não tenham produzido gigantescas aglomerações de trabalhadores, essas iniciativas tiveram grande alcance, uma vez que resultaram em paralisações de atividades laborativas por parte de milhares de trabalhadores¹⁰, que geraram imensos prejuízos à burguesia, principalmente nos dias 11/07 e 30/08.

No bojo dessa linha de atuação, principalmente as mobilizações do funcionalismo público têm apontado para a necessidade de priorização dos serviços públicos na distribuição dos recursos governamentais, em detrimento da concessão de isenções fiscais a grandes empresários e do financiamento de grandes obras de utilidade, no mínimo, duvidosa para a maioria da população. Nessa tarefa, tem contribuído sobremaneira o acionamento das formas clássicas de luta do movimento sindical, como a greve, que, no caso dos profissionais municipais de educação, tem significativa adesão da categoria e demonstra grande força política, arrebanhando apoio de parcelas expressivas da população.

A reação dos manifestantes à atuação repressiva das forças policiais, por sua vez, desdobrou-se no fortalecimento da crítica ao modelo de segurança pública prevalecente no Brasil, calcado em forças militarizadas de policiamento ostensivo dotadas de práticas cotidianas de arbitrariedade, truculência e desrespeito aos direitos humanos. Tal temática ganhou especial projeção com o desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza após ter sido conduzido, em meados de julho, para a Unidade de Polícia Pacificadora da favela da Rocinha. A partir daí, também os moradores daquela e de outras favelas – em larga medida componentes do precariado e de outras frações da classe trabalhadora – passaram a organizar atos específicos colocando em questão a ação policial e fortalecendo o debate em torno do caráter das próprias UPP's.

A luta em torno dos transportes coletivos que marcou o início dos protestos em junho encontrou vazão institucional por meio da CPI da Câmara dos Vereadores que se dedica à questão. Entretanto, sua instalação, composição e linhas de ação foram objeto de intervenção dos movimentos sociais, principalmente por meio da ocupação da própria Câmara por um grupo de manifestantes ao longo de alguns dias do mês de agosto.

¹⁰ “Confira o 30 de agosto, Dia Nacional de Paralisação”. Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/2013/09/trabalhadores-param-as-atividades-em-diversos-estados-e-categorias-acesse/>. Consulta em 20/09/2013.

O questionamento dos ocupantes de cargos públicos, por fim, assumiu contornos mais definidos, expressos pela palavra de ordem “Fora Cabral!”, explicitamente dirigida contra o governador do estado, Sérgio Cabral (PMDB), responsável último pela Polícia Militar e um dos artífices da aceleração do processo de segregação e hierarquização da cidade nos últimos anos. Além de ter marcado presença em diversas mobilizações com outras pautas, o “Fora Cabral!” encontrou grande eco por meio de ações próprias, como os atos com culminância no Palácio Guanabara – sede do governo estadual – e os protestos e acampamentos em frente à residência particular da família do governador. Até o momento, no entanto, o prefeito Eduardo Paes (PMDB), grande aliado de Cabral nos últimos anos, tem conseguido manter-se relativamente afastado das atenções dos manifestantes, sendo alvo de protestos menos radicalizados e menos frequentes.

A despeito da constatação dessa multiplicidade de reivindicações e formas de luta, verificada especialmente nesse segundo período (meses de julho e agosto), não é possível deixar de lado a percepção da permanência de determinadas linhas de questionamento político, nem do elevado grau de envolvimento dos diferentes setores da classe trabalhadora com as mesmas. Os tópicos subsequentes do texto serão, então, dedicados ao levantamento de alguns elementos da trajetória recente da classe trabalhadora brasileira, com o intento de adicionar densidade histórica à análise do atual ciclo de mobilizações, buscando melhor identificar alguns de seus limites e possibilidades.

III. A experiência recente da classe trabalhadora: a reconfiguração do capitalismo pelo neoliberalismo.

O início dos anos 1970 foi marcado pela eclosão de uma crise do padrão de acumulação capitalista gestado, principalmente, a partir do encerramento da II Guerra Mundial. Em face da progressiva intensificação da crise, frações da burguesia mundial e os governos comprometidos com a recuperação das taxas de lucro então em queda detonaram

“(…) um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso *processo de reestruturação da produção e do trabalho*, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores”¹¹.

¹¹ ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999. p.31.

No Brasil, as condições políticas específicas vivenciadas pelo país – com destaque para o processo de intensas lutas sociais e crescente organização política da classe trabalhadora ao longo dos anos 1980¹² – retardaram o impacto mais direto dessas transformações até o início dos anos 1990. A vitória de Fernando Collor nas eleições de 1989, no entanto, sinalizou uma virada no sentido da adoção do receituário neoliberal como base das políticas econômicas nacionais, num processo que se consolidou ao longo dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), criando as condições para a aceleração da reestruturação produtiva no país. Como consequência desse processo, os anos 1990 foram palco de uma retração do mercado laborativo brasileiro, associada à intensificação da expropriação de direitos trabalhistas e ao avanço da precarização das relações e condições de trabalho.

Na primeira década do século XXI, esse quadro sofreu algumas modificações. Assim, ainda que a precarização do trabalho tenha se sustentado em marcha acelerada, a criação prolongada de postos de trabalho ao longo do decênio – ainda que concentrados na base da pirâmide salarial, como já visto no tópico anterior – articulada ao aumento do poder de consumo (viabilizado pela difusão do crédito e pela valorização do salário mínimo) produziu uma melhora nas condições materiais de vida de parcelas significativas da classe trabalhadora, notadamente o precariado.

Simultaneamente, esses mesmos trabalhadores experimentaram uma importante ampliação de seu horizonte de expectativas. Na sequência da quase universalização da educação básica alcançada na década de 1990, o ensino superior passou a ser um caminho viável para cada vez mais jovens trabalhadores, como resultado da combinação – absolutamente não casual – da expansão da oferta de vagas nas universidades, principalmente do setor privado, com o avanço das políticas governamentais de financiamento dos estudos, com destaque para os programas do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e Universidade Para Todos (PROUNI)¹³. Entretanto, a manutenção e o reforço de traços estruturais da economia nacional, como a elevada participação do terciário e o predomínio de postos de

¹² **ROZENTINO, Gelsom.** *História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979-1989.* Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

¹³ As vultosas somas de dinheiro público transferidas para o empresariado privado da educação superior podem ser conferidas nos seguintes sites: <http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalComprasDiretasOEElementoDespesa.asp?Ano=2012&Valor=&CodigoOS=26000&NomeOS=MINISTERIO%20DA%20EDUCACAO&ValorOS=5132357498499&CodigoOrgao=74902&NomeOrgao=RECURSOS%20SOB%20SUPERVISA0%20DO%20FIES&ValorOrgao=438101138404&CodigoUG=151714&NomeUG=FUNDO%20FINANC.%20ESTUDANTE%20ENSINO%20SUPERIOR&ValorUG=438101138404> e <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/08/1321455-prouni-rende-isencao-fiscal-de-r-4-bi-a-faculdades-privadas.shtml>. Ambos foram consultados em 20/09/2013.

trabalho de baixa qualificação nos mais diversos setores¹⁴, têm representado um gargalo dificilmente superado pelos trabalhadores em sua busca pela ascensão profissional, condenando uma força de trabalho cada vez mais qualificada a ocupar cargos de baixa complexidade e remuneração, conforme demonstrou a pesquisa realizada por Ruy Braga entre os teleoperadores¹⁵, trabalhadores de um dos setores que experimentou maior crescimento na economia brasileira do século XXI.

A experiência social do proletariado, no entanto, não se encerra em seus espaços de trabalho e estudo. Em se tratando de um país majoritariamente urbano como o Brasil – e tendo sido as grandes cidades o epicentro das manifestações iniciadas em junho –, as condições de vida nas cidades precisam ser, igualmente, inseridas nesse quadro. De acordo com o geógrafo David Harvey, as reestruturações urbanas têm funcionado como poderosas ferramentas de absorção de capitais e resolução de crises cíclicas capitalistas desde, pelo menos, o século XIX. No caso da crise iniciada nos anos 1970, o roteiro não foi diferente, tendo a construção do neoliberalismo implicado em uma radical reorientação da dinâmica e da estrutura das mais importantes cidades do globo. Nesse novo modelo de cidades,

“A qualidade da vida urbana, assim como a própria cidade, se tornou uma mercadoria para aqueles que têm dinheiro em um mundo onde o consumismo, o turismo, as indústrias cultural e lastreada pelo conhecimento, assim como o recurso perpétuo à economia do espetáculo, se tornaram aspectos fundamentais da economia política urbana, mesmo na Índia e na China. (...)”

Mas, as fissuras no sistema são por demais evidentes. Vivemos cada vez mais em cidades divididas, fragmentadas e propensas a conflitos. A forma como vemos o mundo e definimos possibilidades depende do lado do trilho em que nos encontramos e do tipo de consumismo a que temos acesso. Nas últimas décadas, a virada neoliberal restaurou o poder de classe das elites ricas. (...) Os resultados dessa crescente polarização na distribuição de riqueza e poder estão indelevelmente grafados nas formas espaciais das nossas cidades, as quais avançam para se tornarem cidades de fragmentos fortificados, de comunidades muradas e espaços públicos privatizados mantidos sob constante vigilância. A proteção neoliberal do direito à propriedade privada e seus valores torna-se a forma hegemônica da política, mesmo para a baixa classe média”¹⁶.

¹⁴ Esses traços já foram apontados por alguns autores como **OLIVEIRA, Francisco de**. *Crítica à razão dualista/O Ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003. pp.54-60.; e **KOVARICK, Lúcio**. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. pp.116-117.

¹⁵ **BRAGA, Ruy**. *A política do precariado...*pp.192-196.

¹⁶ Tradução minha para os seguintes trechos: “Quality of urban life has become a commodity for those with money, as has the city itself in a world where consumerism, tourism, cultural and knowledge-based industries, as well as perpetual resort to the economy of the spectacle, have become major aspects of urban political economy, even in India and China. (...) But the fissures within the system are also too evident. We increasingly live in divided, fragmented, and conflict-prone cities. How we view the world and define possibilities depends on which side of the tracks we are on and on what kinds of consumerism we have access to. In the past decades, the neoliberal turn has restored class power to rich elites. (...) The results of this increasing polarization in the distribution of wealth and power are indelibly etched into the spatial forms of our cities, which increasingly become cities of fortified fragments, of gated

Em artigo recente, Carlos Vainer argumentou que esse modelo de cidade tem sido estruturado no Rio de Janeiro desde princípios dos anos 1990, de forma que “a cidade de exceção transforma o poder em instrumento para colocar a cidade, de maneira direta e sem mediações na esfera da política, a serviço do interesse privado de diferentes grupos de interesses”¹⁷. Uma das consequências mais diretas desse processo, o grande *boom* imobiliário recentemente verificado nas grandes cidades brasileiras¹⁸ tem servido não apenas como mecanismo de valorização do capital, mas também de produção de um espaço urbano crescentemente hierarquizado e segregado, em que as parcelas mais pauperizadas do proletariado são empurradas para periferias cada vez mais distantes por processos de remoção branca e/ou direta¹⁹. Ao mesmo tempo, áreas historicamente ocupadas pela classe trabalhadora têm sido transformadas em ponta-de-lança da acumulação capitalista por meio da transferência de sua gestão para empresas particulares, cujo maior exemplo é o projeto Porto Maravilha²⁰.

Por fim, também os serviços públicos urbanos passam a ser objeto da lógica neoliberal. Nessa seara, o caso dos transportes coletivos é particularmente dramático. Além de todos os principais meios – ônibus, trens, metrô e barcas – já se encontrarem privatizados, as tarifas cobradas aos usuários são bastante elevadas e a ênfase no transporte rodoviário produz, diariamente, centenas de quilômetros de engarrafamentos, num processo que só é agravado pelos recentes incentivos concedidos pelo governo federal para que a população adquirisse automóveis particulares²¹.

communities and privatized public spaces kept under constant surveillance. The neoliberal protection of private property rights and their values becomes a hegemonic form of politics, even for the lower middle class”. **HARVEY, David**. *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. London: Verso, 2012. pp.5-15.

¹⁷ **VAINER, Carlos**. “*Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro*”. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, 2011. Disponível em: www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2874/2811. Consulta em 20/09/2013.

¹⁸ Como ilustração desse ponto, é possível citar os seguintes dados: “Em São Paulo o preço dos imóveis sofreu aumento de 153% entre 2009 e 2012. No Rio de Janeiro, o aumento foi de 184%”. **MARICATO, Ermínia**. “*É a questão urbana, estúpido!*”. In: _____ [et al.]. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013. pp.23-24.

¹⁹ **FAULHABER, Lucas**. *Rio Maravilha*. Práticas, projetos políticos e intervenção no território no início do século XXI. Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo. Niterói: EAU, 2012. pp.72-74. Disponível em: http://www.issuu.com/lucas.faulhaber/docs/tfg_lucasfaulhaber. Acesso em 20/09/2013.

²⁰ Informações sobre o projeto podem ser encontradas em <http://portomaravilha.com.br/index.aspx>. Consulta em 20/09/2013.

²¹ “Em 2001, o número de automóveis em doze metrópoles brasileiras era de 11,5 milhões; em 2011, subiu para 20,5 milhões”. **MARICATO, Ermínia**. “*É a questão urbana... Op. Cit.*”. p.25.

Não obstante nas áreas de saúde e educação ainda haja uma ampla rede de serviços públicos – municipais, estaduais e federais –, as mesmas tem sido objeto de um longo processo de precarização das relações e condições de trabalho, cujo resultado é a queda da qualidade no atendimento oferecido. Não à toa, os profissionais das redes de ensino municipal e estadual do Rio de Janeiro se encontram mobilizados em greve há mais de um mês como forma de tentar alterar esse quadro. Paralelamente, o aumento do poder de consumo de parcelas da classe trabalhadora, associada ao triunfo ideológico do neoliberalismo, que assevera a superioridade da gestão privada dos serviços, e aos incentivos estatais concedidos ao empresariado, tem condicionado um número cada vez mais elevado de pessoas a contratar esses serviços junto a operadoras privadas, cuja atuação é, em sua maioria, igualmente marcada por baixos índices de qualidade²².

Sintetizando esse quadro, é possível afirmar que, atualmente, a classe trabalhadora brasileira encontra-se fragmentada em seu trabalho, com vários de seus mecanismos de proteção trabalhista sob direta ameaça, crescentemente endividada e com dificuldades de concretizar seus projetos de ascensão individual – fomentados pelos mais diversos subprodutos ideológicos do neoliberalismo, como o empreendedorismo e a teologia da prosperidade – por meio do trabalho e do estudo. Além disso, experimenta condições de vida progressivamente asfixiantes nas cidades, tendo seu direito a serviços públicos universais solapado em favor da lógica do consumo individual desses serviços. Entretanto, por mais drástico que esse quadro se apresente, é possível identificar fatores de coesão da experiência social do proletariado. Nos mais diferentes setores do serviço público e da iniciativa privada, por exemplo, a precarização do trabalho tem sido uma vivência partilhada. Os engarrafamentos, sejam eles enfrentados em automóveis individuais ou no aperto dos coletivos, igualmente marcam o cotidiano das mais diferentes frações de trabalhadores, assim como a baixa qualidade dos serviços de saúde e educação públicos e privados.

É possível, portanto, afirmar que os efeitos da forma cada vez mais perversa assumida pela produção capitalista em sua variante neoliberal, com acentuação da exploração e da expropriação, são sentidos pela classe trabalhadora em sua totalidade, independentemente de suas condições específicas de vida e trabalho. E, como demonstrou Edward Thompson em sua seminal obra *A formação da classe operária inglesa*, uma classe social não se produz pela homogeneização dos elementos isolados do cotidiano, mas pela experiência compartilhada de determinado processo social. Em suas palavras:

22 Um exemplo dessa tendência pode ser verificado no caso da saúde. “Crescimento de planos privados prejudica saúde pública”. Disponível em: <http://www.brasilefato.com.br/node/10183>. Consulta em 20/09/2013.

“Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência, como na consciência”²³.

Entretanto, no caso brasileiro atual, muitas das ferramentas historicamente produzidas pela classe trabalhadora para a organização coletiva dessa experiência em termos politicamente mais ativos têm funcionado precisamente como elementos de sufocamento da expressão do descontentamento latente em relação à atual situação. No próximo tópico, serão brevemente abordadas as trajetórias recentes de alguns desses instrumentos com o objetivo de auxiliar na compreensão das formas atualmente encontradas para expressar esse descontentamento.

IV. Os instrumentos políticos da classe trabalhadora: adequação do PT à ordem e explosão do descontentamento.

O último grande ciclo de mobilizações dos trabalhadores brasileiros, ao longo dos anos 1980, produziu uma longa série de formas organizativas bastante diversas, como partidos, sindicatos, associações e federações de moradores, movimentos sociais, entre outras. Dentre elas, é possível afirmar que o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) desempenharam, por sua abrangência e capilaridade, o mais destacado papel na aglutinação da fração urbana do proletariado nacional. Apesar da combatividade que marcou seus primeiros anos e da radicalidade de suas propostas iniciais, ambas as entidades passaram por importantes transformações ao longo de sua história. Não cabe, aqui, reabrir a prolífica polêmica sobre os marcos cronológicos dessa transformação, bastando, para os propósitos desse texto, afirmar que no decorrer dos anos 1990, sob o impacto do já mencionado neoliberalismo e de transformações políticas a nível mundial (queda do Muro de Berlim, fim da URSS, etc), novas concepções e práticas foram se afirmando.

No bojo dessa transição, partido e central sindical foram se adequando programaticamente aos limites da ordem capitalista. Analisando a trajetória do primeiro com ênfase nas metamorfoses de suas principais resoluções, Mauro Iasi afirmou que

“(…) o “projeto” político do PT, que inicialmente se propunha a ser a “expressão política de todos os setores explorados pelo capitalismo”, contenta-se agora em se constituir enquanto projeto de “parte” da sociedade que interage com outras “partes” na busca de um “entendimento comum”. Um projeto próprio, diríamos nós apoiados em Gramsci – um projeto capaz de autonomia histórica –, aponta para uma sociedade própria, o socialismo. Um projeto compartilhado pressupõe uma sociedade que seja

²³

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.9.

capaz de conter os interesses daqueles que a compartilham, nos termos deste jovem adepto do liberalismo republicano alçado à condição de presidente do PT [José Genoíno]: uma sociedade livre e democrática”²⁴.

Tal virada, no entanto, longe de ter se dado unicamente no plano programático, foi acompanhada e condicionada pela emergência de um novo padrão de relação das organizações e dirigentes da classe trabalhadora com o processo de acumulação capitalista. Conforme apontaram Álvaro Bianchi e Ruy Braga, os recursos dos trabalhadores foram paulatinamente transformados em um dos pilares do financiamento do desenvolvimento capitalista nacional, notadamente via fundos de previdência complementar, tendo antigos dirigentes sindicais desempenhado o papel de gestores desses recursos²⁵.

Com a chegada do PT ao comando do governo federal, por meio dos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e da gestão em curso de Dilma Rousseff (iniciada em 2011), esse processo de acomodação à ordem alcançou um novo patamar. Ocupando os principais postos de comando no Estado, os dirigentes petistas aturam no sentido de apresentar o próprio aparato estatal como responsável pela mediação das relações entre as classes sociais, distribuindo cargos para representantes das mais diversas classes e frações de classe. Operou-se, assim, um processo de esterilização das disputas políticas por parte das forças sociais, que resultou no avanço da domesticação de parcela significativa dos movimentos sociais ligados ao campo subalterno. As propostas de tímidas mudanças sociais que teimavam em sobreviver no programa do partido deveriam, a partir dali, ser perseguidas por meio de negociações com as heterogêneas e largamente conservadoras e fisiológicas coalizões de sustentação parlamentar dos governos petistas.

Paralelamente, a adoção de políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, associada às já mencionadas valorização do salário mínimo e expansão do crédito, resultaram num deslocamento da base social de apoio ao PT, expresso num “realinhamento eleitoral” verificado a partir de 2006. Nesse cenário, os votos petistas passaram a apresentar configuração diversa da exibida desde 1989: em lugar do grande número de votos entre a classe média e a parcela melhor remunerada e mais organizada da classe trabalhadora, verificou-se uma concentração maciça dos seus sufrágios em meio ao que André Singer denominou “subproletariado”, ou seja, a “sobrepopulação trabalhadora superempobrecida

²⁴ **IASI, Mauro Luis.** *As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento)*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.527.

²⁵ **BIANCHI, Álvaro; BRAGA, Ruy.** “A financeirização da burocracia sindical no Brasil”. Disponível em: <http://www.blogconvergencia.org/blogconvergencia/?p=477>. Consulta em 20/09/2013.

permanente” – tendo Lula alcançado 64% das intenções de voto nesse segmento no segundo turno do pleito presidencial de 2006²⁶.

Apesar desse robusto apoio eleitoral, é impossível não perceber que, quando o governo Dilma e o PT viram-se mais acuados na conjuntura atual, não conseguiram produzir mobilizações de fôlego para sustentar seu próprio programa estratégico. Tal incapacidade mobilizatória foi verificada tanto no fracasso da convocatória do presidente nacional do partido, Rui Falcão, para que a militância petista ocupasse as ruas em meados de junho, quanto na ausência de apoio popular ativo aos cinco pactos (por responsabilidade fiscal, reforma política, saúde, transporte e educação) propostos pela presidenta como resposta às manifestações daquele mês²⁷. Pela consideração desses dois episódios, fica claro que nem a militância mais organicamente vinculada ao partido, nem sua base eleitoral, possuem o tipo de adesão ao projeto petista necessário para sua defesa mais enfática nas ruas.

Tal constatação, evidentemente, não se choca com a análise acima esboçada acerca da adequação do PT à ordem e seu papel na desmobilização dos movimentos sociais e da classe trabalhadora. Ao contrário, aqueles processos estiveram precisamente na origem da incapacidade de desse projeto de angariar apoios ativos verificada na atual conjuntura. A mesma conjuntura, no entanto, tratou de demonstrar que a via institucional na qual o PT vem depositando todas as suas fichas não apresenta uma correlação de forças necessária para a realização de quaisquer reformas minimamente democratizantes, conforme evidenciado pelo afogamento parlamentar da proposta de reforma política da presidenta. Sintomaticamente, a recuperação da estabilidade do governo – e de seus índices de aprovação – deveu-se muito mais à vitória obtida no debate público, fundamentalmente via meios de comunicação, em torno do programa Mais Médicos, do que a qualquer mobilização coletiva.

Ao expandirmos o raio de observação para além do governo federal, rapidamente emergem novos indícios do comprometimento do PT com a ordem vigente. Nessa seara, ao analisarmos os eventos de junho, é possível citar o comportamento do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, que adotou, inicialmente, uma postura de intransigente negativa – lastreada em argumentos de ordem técnica e financeira – em relação à reivindicação de redução das tarifas, e se articulou politicamente – chegando

²⁶ **SINGER, André Vitor.** *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.* São Paulo: Companhia das Letras, 2012. pp.19; 51-69.

²⁷ “Presidente do PT convoca militantes para participar de protestos em SP: 'Ninguém tem direito de proibir’”. Disponível em: <http://noticias.r7.com/brasil/presidente-do-pt-convoca-militantes-para-participar-de-protesto-em-sp-ninguem-tem-direito-de-proibir-20062013>. Consulta em 20/09/2013.; “Dilma propõe 5 pactos e plebiscito para constituinte da reforma política” Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-propoe-5-pactos-e-plebiscito-para-constituente-da-reforma-politica.html>. Consulta em 20/09/2013.

a conceder entrevista coletiva conjunta – com o governador Geraldo Alckmin (PSDB)²⁸. No segundo momento do processo de mobilização, já em julho e agosto, é importante perceber que a truculência que caracterizou a atuação repressiva das polícias militares de estados como Rio de Janeiro e São Paulo, governados, respectivamente, por PMDB e PSDB, foi a mesma que marcou a ação da corporação do Distrito Federal sob o comando do governador Agnelo Queiroz (PT)²⁹.

Como o subproletariado de André Singer e o precariado conceituado por Ruy Braga coincidem parcialmente em sua definição³⁰, é possível afirmar que o setor social que produziu com maior intensidade as manifestações de junho, julho e agosto é, precisamente, aquele que tem sufragado os candidatos petistas nos últimos anos. Essa aparente contradição indica que a parcela do proletariado cujas perspectivas materiais de vida tiveram, relativamente, mais acentuadas melhorias ao longo da última década, ao chocar-se com os limites à sua ascensão colocados pela anatomia do desenvolvimento capitalista brasileiro – especialmente nas grandes cidades, epicentro das manifestações –, não hesita em expressar seu descontentamento. Entretanto, a adesão do PT, da CUT e de outras organizações e movimentos sociais à ordem vigente privaram essa classe de instrumentos de mobilização de massa – ainda que existam iniciativas de organização independente da classe trabalhadora, bastante minoritárias –, induzindo a forma explosiva pela qual esse descontentamento se manifestou³¹.

Por fim, é importante notar que, se com a adesão do PT à ordem e sua progressiva desvinculação da dinâmica mobilizadora dos movimentos sociais e das classes subalternas, foram bloqueadas as principais válvulas de escape do descontentamento subalterno nos últimos trinta anos, nada mais natural que alguns elementos do regime político – como as relações entre determinados governantes e parcelas do empresariado, ou a atuação das casas legislativas – passassem a ser, também, objeto das críticas dos manifestantes, conforme já verificado. Um quadro que se agrava tanto mais quanto o próprio PT e as demais forças político-partidárias comprometidas com esse regime insistem em responder às

²⁸ “Alckmin e Haddad se reúnem no Palácio dos Bandeirantes”. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/alckmin-e-haddad-se-reunem-no-palacio-dos-bandeirantes.html>. Consulta em 20/09/2013.

²⁹ “PM se excede na repressão aos protestos em Brasília, OAB e Sindicato dos Jornalistas comparam a tempos da ditadura”. Disponível em: <http://www.dercio.com.br/blog/pm-se-excede-na-repressao-aos-protestos-em-brasili/>. Consulta em 20/09/2013.

³⁰ De acordo com Ruy Braga, ambas categorias contemplariam as porções latente e estagnada da superpopulação relativa. Entretanto, o precariado seria, ainda, composto pela superpopulação relativa flutuante, ao passo que o subproletariado englobaria o pauperismo e o lumpemproletariado. **BRAGA, Ruy.** *A política do precariado...*p.28.

³¹ **IASI, Mauro Luis.** “A rebelião, a cidade e a consciência”. In: : **MARICATO, Ermínia [et al.].** *Cidades rebeldes... Op. Cit.* p.46.

mobilizações com uma combinação da lógica neoliberal de represamento dos recursos destinados aos serviços públicos, com a redução continuada dos canais de participação institucional da população, tornando a atividade política cada vez mais privativa de uma camada tecnocrática e afastada dos anseios das classes dominadas, ao mesmo tempo em que a brutalidade policial trata de abafar as manifestações não institucionais de descontentamento³².

V. Considerações finais.

Conforme aponta a imensa maioria dos artigos e ensaios que têm se dedicado a analisar a conjuntura aberta pelas manifestações de junho, a partir dali o quadro político nacional foi substancialmente alterado. Segundo a perspectiva aqui adotada, o elemento fundamental dessa nova situação é a explosão do descontentamento de parcelas significativas da classe trabalhadora brasileira, especialmente nas grandes cidades do país, onde as contradições do modelo de desenvolvimento capitalista vigente no país são mais agudas. As formas de elaboração e expressão desse descontentamento, no entanto, encontram-se historicamente condicionadas pela trajetória recente da classe trabalhadora e de suas entidades organizativas criadas no último grande ciclo de ativação de lutas sociais.

Essa trajetória – marcada pelo triunfo do neoliberalismo e pela adesão do PT, da CUT e de outras organizações à ordem –, por sua vez, impõe uma série de obstáculos à constituição de um processo de lutas mais coeso por parte dos diferentes setores da classe trabalhadora. Para que esses obstáculos sejam superados em favor da afirmação progressiva de um projeto político autônomo elaborado pelos próprios trabalhadores, será necessário que se criem formas de articulação daquela parcela dos organismos historicamente construídos pelo proletariado que se mantiveram combativos com as novas propostas organizativas e de ação que têm emergido com graus variáveis de novidade (como os *Black Blocs*, as ocupações de casas legislativas, as assembleias locais, os fóruns de lutas, entre outros).

Bibliografia.

³² A combinação entre racionalidade econômica tecnocrática e proeminente ação do aparato repressor de Estado tem marcado a emergência e a consolidação do neoliberalismo nos mais distintos países do mundo, tanto em regimes abertamente ditatoriais, como o Chile de Pinochet, quanto naqueles cuja tradição democrática é supostamente dotada de grande robustez, como a Inglaterra de Margareth Thatcher, conforme bem percebeu **KLEIN, Naomi**. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. pp.95-172.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.* São Paulo: Boitempo, 1999.

BIANCHI, Álvaro; BRAGA, Ruy. “A financeirização da burocracia sindical no Brasil”. Disponível em: <http://www.blogconvergencia.org/blogconvergencia/?p=477>. Consulta em 20/09/2013.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista.* São Paulo: Boitempo/USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

FAULHABER, Lucas. *Rio Maravilha.* Práticas, projetos políticos e intervenção no território no início do século XXI. Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo. Niterói: EAU, 2012. pp.72-74. Disponível em: http://www.issuu.com/lucas.faulhaber/docs/tfg_lucasfaulhaber. Acesso em 20/09/2013.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere.* Vol. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, David. *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution.* London: Verso, 2012.

IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento).* São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. “A rebelião, a cidade e a consciência”. In: MARICATO, Ermínia [et al.]. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013. pp.40-46.

KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KOVARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina.* 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MARICATO, Ermínia. “*É a questão urbana, estúpido!*”. In: _____ [et al.]. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013. pp.19-26.

MOSELEY, Mason; LAYTON, Matthew. “*Prosperidad y protestas en Brasil: ¿la tendencia para el futuro en América Latina?*” In: *Perspectivas desde el Barómetro de las Américas*. Número 93, 2013. Disponível em: www.vanderbilt.edu/lapop/insights/IO893.es.pdf. Consulta em 15/09/2013.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

POCHMANN, Márcio. *Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

ROZENTINO, Gelsom. *História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979-1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

SINGER, André Vitor. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VAINER, Carlos. “*Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro*”. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, 2011. Disponível em: www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2874/2811. Consulta em 20/09/2013.